

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 228

Poder Legislativo

Recife, sábado, 15 de dezembro de 2007

Alepe entrega duas toneladas de donativos

Creche Imaculada Conceição, em Olinda, foi beneficiada

O primeiro ano da Campanha Alepe Solidária, uma iniciativa da Mesa Diretora, arrecadou cerca de duas toneladas de doações, entre roupas, calçados, livros, brinquedos e alimentos não-perecíveis. A campanha teve início no mês de novembro e acabou na manhã de ontem, com o anúncio dos funcionários e setores do Legislativo que mais contribuíram com a causa. A superintendente de Recursos Humanos, Karla Vieira, representou o presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), e o primeiro-secretário, João Fernando Coutinho (PSB), no encerramento da ação.

"O volume das arrecadações mostra que o servidor acredita na solidariedade. A idéia surgiu como uma forma de estimular a competição entre os servidores para a doação. A capacidade de doar é um presente para nós", enfatizou Karla, agradecendo o empenho de todos. Os produtos arrecadados foram doados à Creche Imaculada Conceição, loca-



ALEGRIA - Servidores, crianças contempladas e Irene Belo, coordenadora da entidade

lizada na Ilha do Maruim, em Olinda, que assiste 210 crianças e adolescentes. A idealizadora da creche, Irene Belo de Santana, disse que "os produtos ajudarão muito na manutenção dos menores". A instituição também recebe ajuda da Prefeitura do Recife.

Com 306 itens, a Assis-tência de Comunicação So-

cial se destacou entre os setores da Casa no número de doações. O servidor Jaime Paiva, do Departamento de Telecomunicações, foi quem mais contribuiu, com 149 itens. Para ele, o espírito solidário deve permanecer ao longo do ano. "Faz muito bem ao coração e à alma quando fazemos o bem aos nossos irmãos",

frisou. Entre os gabinetes parlamentares, o destaque foi o do deputado Alberto Feitoso (PR), com os 98 itens doados pela funcionária Maria do Carmo Lobo. Os prêmios entregues aos ganhadores também foram encaminhados à Creche Imaculada Conceição.

FEIRA - A 1ª Feira de Talentos da Alepe, que revelou as habilidades dos servidores da Casa, terminou ontem. Desde o último dia 10, um total de 60 expositores mostraram seus trabalhos, como artesanato, pintura, perfumaria, massagem e moda. Ainda foi reservado um palco para apresentações de bandas de forró, pop rock e recital de poesias. "A preocupação da nossa gestão é integrar e valorizar os servidores, estimulando-os a desfrutar de um melhor ambiente de trabalho, além de apresentar melhores resultados ao Poder Legislativo", destacou Karla Vieira.



TALENTO - Peças de arte, enfeites e produtos de beleza foram algumas das atrações da Feira

Cachoeirinha



ESTRATÉGIAS - Agricultura quer melhoria da região

Reunião aborda produção de queijo

CACHOEIRINHA - A Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa promoveu, na última quinta-feira, uma audiência pública neste município. O objetivo foi debater a produção de leite e queijo na região. Foram abordadas estratégias para melhorar a produção e venda dos produtos em Pernambuco. Os parlamentares ouviram depoimentos dos produtores de leite e derivados, criadores de bovinos e caprinos, agricultores e líderes de assentamentos.

O encontro foi solicitado pelo deputado Esmeraldo Santos (PR), que está preocupado com os efeitos da seca. "O efeito da estiagem foi citado por todos os vereadores. A região sofre muito com a falta d'água e isso impede os produtores de atenderem às necessidades do rebanho na produção do leite", enfatizou o parlamentar, que é natural de São Caetano.

Durante a audiência, foram anunciadas duas boas notícias para o setor. A gerente de Agronegócios da Secretaria de Agricultura do Estado, Carmem Patrícia, representando o secretário de Agricultura, Angelo Ferreira, disse que será ampliado, em Pernambuco, o Programa Leite de Todos, do Governo Federal. De 82

mil litros atuais, passará para mais de cem mil litros, contemplando cerca de 90 mil famílias no Estado. O programa beneficia mães e crianças com problemas de desnutrição.

A outra informação veio da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária. Segundo a diretora do órgão, Erivânia Camelo, Pernambuco deve regulamentar, até o final do ano, a Instrução Normativa número 44, do Ministério da Agricultura. O documento trata da erradicação e prevenção da febre aftosa. "O objetivo é proibir a entrada de leite e queijo coalho de qualidade inferior ao que é produzido no Estado", informou Erivânia. Ela ainda antecipou que vai contar com o apoio da Polícia Rodoviária Federal no bloqueio a 22 pontos de fronteiras entre Pernambuco, Alagoas e Paraíba.

O presidente do colegiado, deputado Claudiano Martins (PSDB), disse que todas as medidas sugeridas durante a reunião vão constar de um relatório que será encaminhado ao Governo do Estado. "Tudo o que foi repassado pelas lideranças será informado ao governador Eduardo Campos, uma vez que o Estado também luta para se adequar às exigências da Normativa 51", observou.

Lei

LEI Nº 13.364, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007.

EMENTA: Modifica os cargos que indica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do artigo 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Os cargos de Agente de Segurança Legislativa e Agente de Segurança, constantes do anexo I, da Lei nº 12.777, de 23 de março de 2005, passam a denominar-se Agente de Polícia Legislativa.

§1º A Escola do Legislativo, promoverá gradativamente, em razão do tempo que demandar, programa de formação e capacitação dos referidos servidores ao exercício de atividade típica de Polícia Legislativa.

§2º Lei estadual definirá a organização, garantias, direitos, prerrogativas, atribuições e competências específicas do cargo de Agente de Polícia Legislativa, bem como a estrutura e instrumentos necessários à criação do Órgão de Polícia Legislativa.

Art. 2º Fica instituída no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco a Gratificação de Risco de Função Policial, prevista no Art. 10, da Lei nº 12.635, de 14 de julho de 2004, atribuída ao servidor público civil referido no Caput do artigo anterior, desde que estejam em pleno exercício do cargo, cujo valor nominal será igual R\$ 1.386,00 (mil trezentos e oitenta e seis reais), só sendo reajustável por Lei específica ou por Lei que disponha sobre revisão geral de remuneração, ficando expressamente vedada a sua vinculação ou incidência para cálculos de quaisquer outras vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ulteriores, exceto as parcelas remuneratórias relativas a férias e a décimo terceiro salário.

Parágrafo Único. É vedada à atribuição da gratificação de que trata este artigo a quem se encontrar desviado de suas funções e atribuições, ou a disposição de outro setor, órgão ou Poder, observado o disposto nas legislações em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão realizadas mediante dotação orçamentária própria.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco,
em 14 de dezembro de 2007.

GUILHERME UCHÔA
Presidente

Ato

ATO Nº 778 /2007

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO no exercício de suas atribuições regimentais e constitucionais, em conformidade com as disposições da Lei n.º 12.777, de 23 de março de 2005, da Lei n.º 12.851, de 04 de julho de 2005, do art. 4.º da Lei n.º 12.961, de 20 de dezembro de 2005, em consonância com a Resolução nº 833, de 22 de setembro de 2007 e de acordo com o resultado dos RECURSOS analisados pela Comissão de Avaliação de Desempenho, contando o prazo recursal para Mesa Diretora de 05 dias úteis, a partir do dia imediato à publicação deste ato, resolve, com efeitos a partir de 1.º de julho de 2007, PROMOVER E PROGREDIR BEM COMO NÃO PROMOVER E PROGREDIR os servidores efetivos abaixo relacionados da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

SERVIDORES PROGREDIDOS OU PROMOVIDOS:

DO GRUPO OCUPACIONAL CARGOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

PROGRESSÃO

Do GMC2E15 para o GMC2E16

0000182 FRANCISCO DE ASSIS DANTAS

PROMOÇÃO

DO GMC2E16 para o GMC3E17

00000270 EDILSON RABELO DO AMARAL

PROGRESSÃO

Do GMC3E17 para o GMC3E318

00000427 VICENTE INÁCIO DE OLIVEIRA NETO

Do GMC3E18 para o GMC3E19

00000308 EDNA MARIA OLIVEIRA DA COSTA

Do GMC3E21 para o GMC3E22

00000187 EDMILSON DE MENDONÇA MARTINS
00000216 EUCLIDES RONALDO LEITE

DO GMC3E 22 para o GMC3E23

00000374 EVILÁSIO VIEIRA DA COSTA

Do GMC3E24 para GMC3E25

00000084 ADEMIR BARBOSA DA CUNHA

Do GMC3E25 para o GMC4E26

0000397 ALUÍZIO DA COSTA REGO

Do GMC4E27 para o GMC4E28

0000189 JOSÉ ANDRADE DA SILVA

DO GRUPO OCUPACIONAL CARGOS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO

PROGRESSÃO

Do GSC2E17 para o GSC3E18

00000139 ARISTÁCIO FERREIRA DA SILVA

Do GSC3E19 para o GSC3E20

00000137 ROMUL ALVES PIRES

Do GSC3E22 para o GSC3E23

000000398 THOMPSON DE ANDRADE PEDROSA

SERVIDORES NÃO PROGREDIDOS OU NÃO PROMOVIDOS HAJA VISTA O INDEFERIMENTO DOS RECURSOS PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:

MANOEL MARCOS CHAGAS AROUCHA
JOSÉ TERTULIANO DE ARRUDA
FÁBIO LUIZ FARIAS BARBOSA
FLÁVIA DO O. PESSOA
FRANCISCO VALDÉCIO C. PEREIRA
JOSÉ NEWTON DE OLIVEIRA SALES

Recife, 13 de dezembro de 2007

DEPUTADO GUILHERME UCHÔA
PRESIDENTE

Relatório da Comissão de Avaliação de Desempenho

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FASE RECURSAL

À Comissão de Avaliação de Desempenho foram endereçados 19 (dezenove) recursos, interpostos por:

Francisco Valdécio Costa Parreira;
Euclides Ronaldo Leite;
Edna Maria Oliveira da Costa;
Francisco de Assis Dantas;
Fábio Luís Farias Barbosa;
José Andrade da Silva;
Edilson Rabelo do Amaral;
Ademir Barbosa da Cunha;
Aluísio Costa Rego Júnior;
Evlásio Vieira da Costa;
José Tertuliano de Andrade;
Manoel Marcos Chagas Aroucha Filho;
Flávia do O. Pessoa;
Vicente Inácio de O. Neto;

Edmilson de Medeiros Martins;
Aristácio Ferreira da Silva;
Romul Alves Pires;
Thompson de Andrade Pedrosa; e
José Newton Oliveira Sales.

Destes recursos, a Comissão acatou os dos servidores abaixo indicados:

Edna Maria Oliveira da Costa;
José Andrade da Silva;
Euclides Ronaldo Leite;
Francisco de Assis Dantas;
Aristácio Ferreira da Silva;
Edmilson de Medeiros Martins;
Vicente Inácio de O. Neto;
Thompson de Andrade Pessoa;
Ademir Barbosa da Cunha;
Edilson Rabelo do Amaral;
Aluísio Costa Rego Júnior,
Evlásio Vieira da Costa,
Romul Alves Pires.

Passamos agora a explicar as razões dos recursos aceitos.

Os recursos interpostos por EDNA MARIA COSTA DE BARROS, JOSÉ ANDRADE DA SILVA e EUCLIDES RONALDO LEITE foram prontamente aceitos, posto que junto ao recurso foram anexadas as fichas de avaliação de desempenho com a pontuação exigida para promoção. Na verdade, o que ocorreu foi a perda do prazo inicial pelo próprio avaliador, de forma que a Comissão acatou os recursos dos servidores no sentido de promovê-los, por uma questão de justiça, visto terem alcançado a pontuação exigida para promoção.

Os recursos interpostos por FRANCISCO DE ASSIS DANTAS, ARISTÁCIO FERREIRA DA SILVA, EDMILSON DE MEDEIROS MARTINS e VICENTE INÁCIO DE O. NETO, foram acatados pela Comissão no sentido de que os referidos servidores fossem avaliados pela chefia de maior tempo, com base no §1º, art. 12, da Resolução n.º 790/06 c/c a Resolução n.º 833/07, que assim determina: "a avaliação de servidor que, no período de avaliação, houver trabalhado sob a direção da mais de um chefe será formalizada pelo avaliador ao qual esteve subordinado por maior tempo."

Desta forma, os servidores foram avaliados pela Srª Delfina Maria Cordeiro Pessoa Pinto, que exerceu a chefia da gerência de compras até 30/03/07, de acordo com o Ato n.º 338, de 09/04/07 e, como foi chefe por maior tempo, no período correspondente à avaliação e todos obtiveram a pontuação necessária para serem promovidos, a Comissão acatou os recursos no sentido de promovê-los.

Vejamos agora a situação dos servidores THOMPSON DE ANDRADE PEDROSA, ADEMIR BARBOSA DA CUNHA, EDILSON RABELO DO AMARAL e ALUÍSIO COSTA REGO JÚNIOR. Inicialmente, as fichas dos servidores THOMPSON DE ANDRADE PEDROSA, EDILSON RABELO DO AMARAL, ADEMIR BARBOSA DA CUNHA e ALUÍSIO COSTA REGO JÚNIOR foram enviadas à Superintendência Geral, posto ser aí a lotação dos respectivos. Ocorre que, em 15/10/07, em 23/10/07, em 24/10/07 e, em 01/12/07, foram publicadas as Portarias ns.º 189, 193, 194 e 197, lotandos-o nos Gabinetes dos Deputados Izaías Régis, Mavíael Cavalcanti, Elias Lira e Marcantônio Dourado respectivamente, a partir de 1º de fevereiro de 2007. Desta forma e, considerando que a Superintendente Geral anterior não mais se encontra vinculada à Assembléia, suas fichas foram enviadas aos Exmos. Deputados para que os avaliassem e, como a avaliações atingiram a pontuação necessária para promoção, a Comissão acatou os recursos no sentido de promovê-los.

O recurso do servidor JOSÉ NEWTON DE OLIVEIRA SALES foi indeferido posto que apesar dos documentos por ele apresentados nada foi acrescentado quanto à Chefia para avaliá-lo. Através da Portaria n.º 186, de 15/07/2006 ele foi lotado na Presidência, na gestão do então Deputado ROMÁRIO DIAS. Posteriormente, em 24/01/07 foi lotado no Gabinete do referido Deputado e, após a saída do Parlamentar para o Tribunal de Contas, ele ficou sem lotação até 05/07/2007, quando através da Portaria n.º 201, de 20/11/07, foi lotado no Gabinete do Deputado Soldado Moisés. Acontece que o período de avaliação que está sendo analisado apenas compreende os meses de 01/07/2006 a 30/06/2007, de forma que esta nova lotação em nada altera a situação atual, posto que servirá apenas para a próxima avaliação.

Os recursos interpostos por: MANOEL MARCOS CHAGAS AROUCHA FILHO, JOSÉ TERTULIANO DE ARRUDA, EVILÁSIO VIEIRA DA COSTA, FÁBIO LUIZ FARIAS BARBOSA, FLÁVIA DO O. PESSOA, ROMUL ALVES PIRES, FRANCISCO VALDÉCIO C. PEREIRA foram acatados no sentido de que todo o servidor tem direito ao menos a uma avaliação e, sendo assim, as fichas foram novamente enviadas ao Chefe do Departamento de Assistência Parlamentar e, neste momento, apenas os servidores EVILÁSIO VIEIRA DA COSTA e ROMUL ALVES PIRES tiveram os formulários preenchidos e, como atingiram a pontuação necessária, foram promovidos, os demais servidores deste Departamento continuaram com os formulários em branco e, desta forma, não foram promovidos. Nesta mesma situação, encontra-se o servidor FRANCISCO VALDÉCIO C. PEREIRA que não teve o formulário preenchido pelo Superintendente Geral.

Por fim, resta esclarecer que a Comissão de Avaliação de Desempenho apenas se manifesta quando de posse dos Formulários de Avaliação de Desempenho, de forma que, sendo estes devolvidos à Comissão em branco, já na fase de recurso, não há como a Comissão analisar o mérito, não sendo possível promover os servidores que se encontrem nesta situação.

Recife, 04 de dezembro de 2007

Cláudia Lins de A. Mendes

Marcelo Cabral e Silva

Ata de Comissão

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2007.

Às treze horas e trinta minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e sete, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Nilo Coelho, sob a presidência do Deputado Antônio Moraes, reuniram-se os Deputados Manoel Ferreira e Mavíael Cavalcanti, membros efetivos, e Sebastião Rufino e Eduardo Porto, membros suplentes. O presidente, constatando a existência de quorum regimental, declarou abertos os trabalhos referentes à reunião extraordinária convocada para este dia. Não havendo matérias para serem distribuídas, o Presidente passou à discussão das seguintes emendas e projetos: Emenda Modificativa nº 06 referente ao Projeto de Lei Complementar nº 305/207, de autoria do Deputado Augusto César Filho (Altera a redação do inciso VIII do artigo 4º do Projeto de Lei Complementar nº 305/2007, que dispõe sobre a autonomia administrativa e funcional da

Defensoria Pública do Estado e dá outras providências), relatado pelo Deputado Antônio Moraes, que passou a presidência para o Deputado Manoel Ferreira e apresentou seu parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado. Após a discussão desse projeto, o Deputado Manoel Ferreira devolveu a presidência ao Deputado Antônio Moraes, que procedeu com as discussões das matérias restantes: Emenda Modificativa nº 05 referente ao Projeto de Lei Complementar nº 359/2007, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Modifica dispositivos da Lei Complementar nº 28, de 14 de janeiro de 2000, e alterações, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Sebastião Rufino, em substituição ao Deputado Coronel José Alves, que apresentou seu parecer favorável à matéria, parecer esse aprovado por unanimidade pelo colegiado; Emenda Aditiva nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 372/2007, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Assistência e Proteção a Vítimas e Colaboradores da Justiça, o Programa de Assistência a Vítimas, Testemunhas Ameaçadas e Familiares de Vítimas de Crimes no Estado de Pernambuco – PROVITA/PE e o seu Conselho Deliberativo, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Manoel Ferreira, que apresentou seu parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado; Projeto de Lei Ordinária nº 400/2007, de autoria da Mesa Diretora (Ementa: Modifica os Cargos que indica, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Mavíael Cavalcanti, que apresentou seu parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado; Projeto de Lei Ordinária nº 410/2007, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Programa Popular de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Manoel Ferreira, que apresentou seu parecer favorável à matéria, o qual foi aprovado por unanimidade pelo colegiado; Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 411/2007, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui as gratificações de progeiro, equipe de apoio e de membros de comissões permanentes e especiais de licitação, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Mavíael Cavalcanti, em substituição ao Deputado Sílvio Costa Filho, tendo o relator substituído apresentado parecer favorável à proposição, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado; Projeto de Lei Ordinária nº 412/2007, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dá nova redação ao §2º do artigo 1º e o artigo 2º da Lei nº12.719, de –2 de dezembro de 2004, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Manoel Ferreira, em substituição ao Deputado Antônio Moraes, tendo o primeiro manifestado parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado; Projeto de Lei Ordinária nº 416/2007, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco ceder o direito de uso e, posteriormente, a doar área de terras nos moldes e condições que estipula), relatado pelo Deputado Sebastião Rufino na ausência do Deputado Sílvio Costa Filho, que apresentou seu parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado; Projeto de Lei Ordinária nº 417/2007, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui o Bolsa-Auxílio de Formação, destinada aos cursos preparatórios para ingresso nas carreiras policiais civis do Estado de Pernambuco), relatado pelo Deputado Sebastião Rufino, na ausência do Deputado Edson Vieira, tendo o relator substituído apresentado parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado; Projeto de Lei Ordinária nº 420/2007, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Modifica dispositivos da Lei nº 13.205, de 19 de janeiro de 2007, e a alteração, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Mavíael Cavalcanti, na ausência do Deputado André Campos, que apresentou parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado; Projeto de Lei Ordinária nº 422/2007, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Redefine a estrutura de remuneração dos cargos que indica, e determina outras providências), relatado pelo Deputado Manoel Ferreira em substituição ao Deputado Antônio Moraes, que apresentou seu parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado; Emendas Aditivas nº 01 e 02 referentes ao Projeto de Lei nº 426/2007, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Cria os Comitês de Articulação Municipais e Comitês de Articulação Regionais, e dá outras providências), relatado pelo Deputado Mavíael Cavalcanti, que apresentou seu parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado; Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 429/2007, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Ajusta critérios de distribuição de parte do ICMS que cabe aos Municípios, nos termos da Lei nº 10.489, de 02 de outubro de 1990, e alterações), relatado pelo Deputado Sebastião Rufino na ausência do Deputado Sílvio Costa Filho, que apresentou seu parecer favorável à matéria, parecer esse que foi aprovado por unanimidade pelo colegiado. A matéria a seguir foi retirada de pauta, a pedido do relator: Projeto de Lei Ordinária nº409/2007, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Altera a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, que institui a sistemática de tributações referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções). Não havendo mais o que discutir, o Presidente declarou encerrados os trabalhos dessa reunião ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação. Do que, para constar, Eu, Osman Frazão Lima, lavrei a presente ata assinada pelos parlamentares abaixo.

Sala das Reuniões, 29 de novembro de 2007.

Deputado Geraldo Coelho
Presidente da CFOT

Titulares:
Deputado Antônio Moraes
Deputado Manoel Ferreira
Deputado André Campos
Deputado Mavíael Cavalcanti

Suplentes:
Deputada Clodoaldo Magalhães
Deputado Eduardo Porto
Deputado Sebastião Rufino

Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ALBERTO FEITOSA NA REUNIÃO SOLENE DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2007.

Senhores deputados, senhoras deputadas; militares, senhoras e senhores convidados: Exatamente hoje, dia 13 de dezembro, comemora-se o Dia do Marinheiro. Esta é a data de nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, que passou para a história com o nome de "Marquês de Tamandaré", o patrono da Marinha do Brasil. A homenagem foi instituída pelo aviso nº 3.322 do Ministério da Marinha, em 04 de setembro do ano de 1925, em reconhecimento aos serviços prestados pelo almirante ao povo e ao País.

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Ciro Coelho; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Raimundo Pimentel; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretário, Deputado Henrique Queiroz. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Braulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Franklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Coronel Ricardo Ferreira de Lima (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente Educacional); **Auditação,** Gildo Dantas Correia de Góis (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editor:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Larissa Rodrigues, Renata Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera, Carlos Oliveira, João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alcécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida, Silvana Fonseca e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Andréa Neves, Hortência Cecílio, Priscilla Aguiar, Rodrigo Ferreira e Solange Mendonça. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Convocamos de acordo com o art 105, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, os membros titulares da Comissão de Defesa da Cidadania: Deputados(as) Titulares Alberto Feitosa, Augusto Coutinho, Isabel Cristina e Luciano Moura, membros suplentes: Deputados Airinho de Sá Carvalho, Edson Vieira, Isaltino Nascimento, Pastor Cleiton Collins e Pedro Eurico, para comparecerem à Reunião Extraordinária desta Comissão, a ser realizada no dia 19 (dezenove) de dezembro de 2007 às 9:00 (nove horas), no Plenarinho II – 5º Andar do Anexo I do Palácio Joaquim Nabuco.

EM DISCUSSÃO

SITUAÇÃO DOS MUTUÁRIOS DO NÚCLEO HABITACIONAL RIO DOCE.

Recife, 13 de dezembro de 2007

DEPUTADA TEREZINHA NUNES

Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES NA REUNIÃO SOLENE DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2007.

HOMENAGEM AO ANIVERSÁRIO DE NASCIMENTO DE LUIZ GONZAGA, O REI DO BAIÃO,

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Diletos Artistas: cantores, compositores e músicos aqui presentes,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quis Deus mais uma vez, nos proporcionar a grata felicidade de no Sallão Nobre desta Casa Legislativa, podermos reverenciar a data de nascimento do para sempre inesquecível Luiz Gonzaga. Também mais uma vez, em rápidas pinceladas, queremos fixar o seu fantástico perfil.

Sexta-feira, 13 de dezembro de 1912, lá pras bandas de Exu, a 700 quilômetros do Recife, numa casa de barro batido, Sítio Caiçara, bem no sopé da Chapada do Arapepe, sertão de Pernambuco, nascia Luiz Gonzaga do Nascimento.

O segundo filho de Ana Batista de Jesus – Mãe Santana e Januário José dos Santos.

Nascera com o talhe de uma individualidade simples e sempre fora financeiramente pobre em se comparando a outros artistas brasileiros.

Como observamos, descendera de um tronco humilde, sendo o seu pai Januário, um simples consertador de fole, era teimoso e insistia naquêle sonho ambicioso e quase impossível diante da pobreza em que vivia: Queria ser o maior sanfoneiro da Região. Mas, quem diria que o "moleque amarelo, bochudo, zambeta, cabeça de papagaio, fei pá peste", acabaria cumprindo as profecias de uma velha cigana e conquistaria o mundo como o "Rei do Baião"?

Porém, foi espiando os dedos ágeis do velho Januário que Gonzaga começou a sentir aquela vontade enorme de experimentar uma sanfona igual a que o pai usava para animar os forró no Sertão.

Aos 17 anos, por consequência de uma paixão proibida, Luiz sentiu a iminente necessidade de deixar o torrão natal.

Viajou quase que sem destino, primeiro passou por Fortaleza, posteriormente, Minas Gerais, até que um certo dia apontou na deslumbrante e maravilhosa cidade do Rio de Janeiro.

Persistente, começou a estudar a teoria musical, ao mesmo tempo em que aprendeu as músicas tocadas naquela época no Centro-Sul do País: polca, valsa, bolero, rancheira e tango.

Mais tarde, Luiz Gonzaga descobriu o mapa para o sucesso, trocando o repertório da valsa e do tango pela autentica melodia nordestina, a famosa música do pé de serra.

Logo alcançou notoriedade, à partir do momento que com o seu novo estilo ingressou na Rádio Nacional, isto algum tempo depois de chegar ao Rio de Janeiro, com a coragem e a cara, ainda a lhe doer no peito fundas saudades das caatingas de Exu, do sol escaldante daquelas solidões, a incinerar a paisagem e o destino dos homens.

Guardava também lembranças doidas de sua rude vida de vaqueiro menestral, dos "bailes" de pé-de-serra, lazer quase sofrido sob o enorme silêncio das amplas noites sertanejas, sempre franjadas de estrelas e misteriosamente fascinantes.

A característica inconfundível da obra de Luiz Gonzaga é o espelho que ele traça do sentimento nordestino. Fazia isto mostrando todas as manifestações da Região.

Outro elemento da obra de Gonzaga é a sensualidade muito presente em várias canções, tema descrito pelo parceiro Zé Dantas quando se refere às melodias "Cintura Fina", "Vem Morena" e "Xote das Meninas", que ambos fizeram focalizando a típica adolescente nordestina. Os temas da música de Gonzaga sempre foram dados por ele aos letristas e compositores.

A saudade é outro elemento sempre presente nas canções do Rei do Baião. Saudade da terra e amor à mulher. "Qui Nem Jiló" é a grande definição numa melodia tão simples: "Ai quem me dera vortá / Pros braços do meu xodó / Saudade assim faz roer / E amarga qui nem jiló / E ninguém pode dizer / Que vivo triste a chorar / Saudade o meu remédio é cantar".

Na verdade, nas músicas de Luiz Gonzaga está sempre intrinsecamente a mensagem de seu povo. Ele, como porta voz maior de uma imensa população quase sempre esquecida, levou essa mensagem aos homens do Poder, aos políticos, donos das decisões do País e, muitas vezes, chegou a tocar-lhes a sensibilidade.

E é justamente a essa gênio pernambucano que ora fazemos nossa exaltação pelo transcurso do seu 95º (nonagésimo quinto) aniversário de seu nascimento (*in-memorian*).

Luiz Gonzaga, o pernambucano do século vinte, de voz possante, que sempre estava de sanfona em punho para enunciação de suas melodias, merece no dia que lhe é consagrado uma homenagem mais significativa do que esta minha modesta oração. E, para tanto Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, foi que solicitamos a uma comissão extra-Assembléia Legislativa, que nos indicasse os nomes de maia dúzia de pernambucanos, conhecedores da obra gonzagueana e arraigados ao seu estilo musical, para que aqui nesta Casa, representando todos os demais artistas pernambucanos, possam ser agradados com uma plaqueta alusiva a esta data tão gratificante para nós e a história de Pernambuco.

Para nossa satisfação, foram indicadas as seguintes personalidades, as quais desde de já externamos os nossos mais sinceros agradecimentos.

- 1º) Tereza Acioly – Presidente da Sociedade dos Forrozeiros Pé-de-Serra;
 - 2º) Roberto Andrade Lima – Integrante da Confraria do Forró;
 - 3º) Luiz Moraes Mota – Empresário, proprietário do Restaurante Arriega, amigo dos artistas Forrozeiros e um exímio divulgador do Forró;
 - 4º) O Exmo. Sr. Dr. Fernando Duarte – Diretor Presidente da Fundação de Cultura da Cidade do Recife;
 - 5º) O Exmo. Sr. Dr. José Mário Austregésilo – Jornalista, escritor e autor de uma tese sobre o Rei Luiz Gonzaga.
- E o Radialista, compositor, cantor e autêntico forrozeiro, um dos

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 105, II c/c art. 113, §2º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, os DEPUTADOS AUGUSTO CÉSAR FILHO (PTB), AUGUSTO GOUTINHO (DEM), CARLA LAPA (PSB), ISALTINO NASCIMENTO (PT), JOÃO NEGROMONTE (PMDB), LOURIVAL SIMÕES (PR), PEDRO EURICO (PSDB) e TERESA LEITÃO (PT) membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes ALBERTO FEITOSA (PR), ANTÔNIO MORAES (PSDB), CEÇA RIBEIRO (PSB), CORONEL JOSÉ ALVES (PDT), ERIBERTO MEDEIROS (PTC), MAVIAEL CAVALCANTI (DEM), PASTOR CLEITON COLLINS (PSC), SEBASTIÃO RUFINO (DEM) e DOUTORA NADEGI (PMN) para se fazerem presentes à reunião a ser realizada às dez horas (10:00 h), do dia 17 de dezembro de 2007, no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembléia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho, onde estarão em pauta as seguintes matérias:

DISTRIBUIÇÃO:

I) EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS:

Emenda Modificativa nº 5, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Acresce parágrafo único ao artigo 2º e altera a redação dos artigos 3º e 4º do Projeto de Lei Ordinária nº 431/2007), **ao Projeto de Lei Ordinária nº 431/2007**, também dele (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber a cessão de uso onerosa do imóvel que indica).

Segundo Turno. Por dependência para o Deputado Alberto Feitosa

Emenda Substitutiva nº 1, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que indica, no Município de Igarassu, para instalação de unidade administrativa do Tribunal Regional Eleitoral), **ao Projeto de Lei Ordinária nº 421/2007**, também de sua autoria (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a ceder o direito de uso do imóvel que indica, e dá outras providências).

Segundo Turno. Por dependência para o Deputado Alberto Feitosa

DISCUSSÃO:

I) EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS:

Emenda Modificativa nº 5, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Acresce parágrafo único ao artigo 2º e altera a redação dos artigos 3º e 4º do Projeto de Lei Ordinária nº 431/2007), **ao Projeto de Lei Ordinária nº 431/2007**, também dele (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a receber a cessão de uso onerosa do imóvel que indica).

Segundo Turno

Relator: Deputado Alberto Feitosa

Emenda Substitutiva nº 1, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que indica, no Município de Igarassu, para instalação de unidade administrativa do Tribunal Regional Eleitoral), **ao Projeto de Lei Ordinária nº 421/2007**, também de sua autoria (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a ceder o direito de uso do imóvel que indica, e dá outras providências).

Segundo Turno

Relator: Deputado Alberto Feitosa

II) PROJETOS DE LEIS ORDINÁRIAS:

Projeto de Lei Ordinária nº 81/2007, de autoria do Deputado José Queiroz (Ementa: Denomina Rodovia do Desenvolvimento João Lyra Filho, o trecho da BR-104, entre as divisas de Alagoas e Paraíba, com Pernambuco).
Relator: Ex-Deputado Romário Dias

Projeto de Lei Ordinária nº 225/2007, de autoria do Deputado Esmeraldo Santos (Ementa: Institui o Fundo de Incentivo ao Biocombustível no Estado de Pernambuco).
Relator: Deputado Augusto Coutinho

Projeto de Lei Ordinária nº 351/2007, de autoria do Deputado Sérgio Leite (Ementa: Institui o Dia do Cinema Pernambucano no Estado de Pernambuco, a ser comemorado anualmente no Dia 06 de Junho, e dá outras providências).
Relator: Deputado Augusto César Filho

Projeto de Lei Ordinária 378/2007, de autoria do Deputado Airinho de Sá Carvalho (Ementa: Denomina "Rodovia Francisco Torres de Carvalho" a PE – 425 que liga a BR 232 ao Município de Mirandiba).
Relator: Deputado Augusto Coutinho

Projeto de Lei Ordinária nº 403/2007, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui a sistemática de tributação do ICMS relativa ao Pólo de Poliéster).
Em urgência
Relator: Deputado Augusto Coutinho

Emenda Aditiva nº 1, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Acrescenta à redação do Projeto de Lei Ordinária nº 403/2007 dispositivo que implica garantia a direito adquirido a contribuinte já implantado no pólo de poliéster), **ao Projeto de Lei Ordinária nº 403/2007**, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Institui a sistemática de tributação do ICMS relativa ao Pólo de Poliéster).
Em urgência
Relator: Deputado Augusto Coutinho

Projeto de Lei Ordinária nº 406/2007, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a alíquota do ICMS relativa às operações internas e de importação realizadas com embalagens para margarina ou creme vegetal).
Em urgência
Relator: Deputado Augusto César Filho

Emenda Substitutiva nº 1, de autoria do Deputado Pedro Eurico (Ementa: Dê-se ao artigo 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 406/2007, a seguinte redação:), **ao Projeto de Lei Ordinária nº 406/2007**, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Altera a alíquota do ICMS relativa às operações internas e de importação realizadas com embalagens para margarina ou creme vegetal).
Em urgência
Relator: Deputado Augusto César Filho

Recife, 14 de dezembro de 2007.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ

Presidente

grandes amigos do Rei do Baião, o Florestano da Gema, Ivan Ferraz. Portanto, diante desta realidade, assim permitam-me encerrar esta saudação, cuja homenagem se presta à memória de Luiz Gonzaga, que desapareceu, mas nunca morrerá no coração dos nordestinos.
Muito Obrigado

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO BARRETO NA REUNIÃO DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2007.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS DEPUTADAS E SENHORES DEPUTADOS,

O momento da saúde pública brasileira é de grandes dificuldades, este seguimento que atende às populações mais carentes. No entanto, mesmo diante das carências, das crises, há exemplos de que com esforço e boa vontade pode-se fazer saúde para o pobre, para o necessitado com qualidade, com competência e eficaz. Refiro-me ao IMIP, INSTITUTO MATERNO INFANTIL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA, que vem ao longo dos anos desempenhando um papel relevante no nosso Estado, constituindo-se em referência de qualidade de atendimento e eficácia de seus profissionais. Fundado em 1960 por um grupo de médicos liderado pelo Professor Fernando Figueira, seu mentor, o INSTITUTO MATERNO INFANTIL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA – IMIP, é uma entidade de natureza pública, não estatal, sem fins lucrativos, que atua nas áreas de assistência médico-social, ensino, pesquisa e extensão comunitária.

Voltado para o atendimento da população carente, o IMIP é reconhecido como uma das estruturas hospitalares mais importantes do País, sendo centro de referência em diversas especialidades médicas.

Com 720 leitos, o IMIP realiza mais de 600.000 atendimentos anuais em seus serviços.

Foi o primeiro hospital do Brasil a receber o título de hospital amigo da criança, concedido pela Organização Mundial da Saúde, UNICEF e Ministério da Saúde.

É também a primeira instituição do nordeste, e uma das primeiras do País, a ser reconhecida como hospital de ensino pelo Ministério da Educação.

No entanto, o IMIP não para, não se envaidece com títulos e números de atendimentos grandiosos, mas tem a exata noção da sua função social e científica para o nosso Estado e para o nosso País.

Está envolvido há algum tempo na operação de restauro e recuperação das dependências do histórico edifício do Hospital Pedro II.

Ali, serão construídos, nos 19.500 metros quadrados do prédio o novo hospital Pedro II, uma escola politécnica de saúde voltada para a formação de técnicos de saúde de nível médio que suprirão o pólo médico de Pernambuco, bem como as necessidades da rede pública de saúde em nosso Estado.

Também, será construído um grande centro de convenções, com capacidade para receber até 1.500 participantes de eventos nacionais e internacionais de saúde, reforçando o papel do Recife como um dos mais importantes centros médicos do País.

Além disso, Senhor Presidente, serão ampliados diversos atendimentos naquela instituição, como o atendimento pelo Sistema

Recebam todos vocês a nossa sincera gratidão.

Único de Saúde – SUS, com a criação de novos e importantes serviços, como a Unidade Geral de Transplantes, Fisioterapia Motora, Radioterapia e Hemodiálise de adulto, entre outros formidáveis serviços que serão acrescidos a enorme gama de serviços hoje prestados pelo IMIP, após a recuperação do Pedro II. O que queremos com este nosso pronunciamento, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, é ressaltar esta nobre instituição, digna de todo o nosso louvor, e do respeito que se deve oferecer aos que se dedicam à causa dos desvalidos. Assim, aplaudimos o IMIP, todo o seu corpo diretivo, todo seu corpo médico, de enfermagem, científico, técnico, administrativo, enfim, todos os que fazem aquela instituição existir, inclusive, todos os pernambucanos que contribuem com a FUNDAÇÃO ALICE FIGUEIRA de apoio ao IMIP com suas doações, desde aquelas de cinco ou dez reais até as mais robustas, pois cada centavo que doamos ao IMIP é de fato revertido para o atendimento aos mais necessitados. Que Deus continue abençoando todos os que fazem este imenso corpo do INSTITUTO MATERNO INFANTIL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA, e que nós possamos estar atentos às necessidades daquela inensurável instituição. Parabéns ao IMIP. Muito Obrigado.

O deputado Geraldo Coelho

O deputado Esmeraldo Santos

O deputado Esmeraldo Santos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ESMERALDO SANTOS NA REUNIÃO DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2007.

AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE RECURSOS HÍDRICOS NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Venho a tribuna desta Casa, para tratar do conhecimento de Pleitos da comunidade do Agreste de Pernambuco, sobretudo das microrregiões do Vale do Ipojuca, Ipanema e Agreste Meridional. Todos conhecem a problemática da falta d’água no semi-árido nordestino. No caso do Agreste a carência d’água se aprofunda tanto para o abastecimento d’água destinada às populações, quanto para o seu uso no apoio a agropecuária regional. Os problemas d’água no Agreste são do conhecimento de todos. São Permanentes e profundos, basta verificar a presença dos caminhões pipa, os decretos de emergência nos municípios, a fragilidade da produção, o sofrimento do produtor de leite e das comunidades da região. Este quadro é antigo e se repete ano após ano, necessitando da implantação de novas obras para ampliação da oferta d’água para o homem do campo, animais e para a produção agropecuária e outras atividades produtivas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, A água é insumo essencial para a promoção humana. O abastecimento d’água com restrições elimina a cidadania, anula a capacidade de produção da população e da região, inibe a geração de emprego, sacrificando as populações. Pernambuco é um dos Estados mais pobres em água e em grande proporção. O Agreste contribui para esta condição. A região produz água de baixa qualidade em função principalmente dos solos rasos e salinos, além da poluição dos rios, principalmente do Rio Ipojuca.

Isto vem provocando a estagnação da agricultura e da pecuária de leite que necessitam aumentar a produtividade para competir com outras regiões produtoras. É importante verificar, Senhoras e Senhores Deputados, que a maioria dos reservatórios do Agreste destina-se a suprir água, em vários casos com restrições, para o abastecimento humano. É o caso, por exemplo, das barragens de Belo Jardim, Prata, Bitury e outras. E em função deste quadro julgo conveniente fazer um apelo ao governador de Pernambuco, Dr. Eduardo Campos, ao secretário de Recursos Hídricos de Pernambuco, Dr, João Bosco, e ao secretário de Agricultura, Ângelo Ferreira, no sentido de que seja viabilizada a implantação de novas obras (açudes, barragens sucessivas, poços e adutoras) visando ampliar a acumulação d’água para usos múltiplos no Agreste de Pernambuco, dando prioridade ao abastecimento humano, a promoção das atividades econômicas, principalmente da produção leiteira.

O Agreste necessita da construção de novas obras e compete ao poder público atualizar os estudos e projetos necessários a sua implantação, sobretudo no Vale do Ipojuca, Rio Una, Rio Canhoto, Rio Mundau, Rio Ipanema e outros.

Tenho certeza que o governador do Estado, Eduardo Campos, colocará como prioridade a questão do abastecimento d’água no seu programa de governo, e haverá de determinar a ampliação da oferta d’água para o povo do Agreste, beneficiando expressiva parcela da população do Agreste e do Estado.

Do teor deste pronunciamento solicitado da mesa diretora deste Poder Legislativo o empenho e compreensão no sentido de dar conhecimento à Sua Excelência o governador do Estado, Eduardo Campos, ao secretário de Recursos Hídricos de Pernambuco, João Bosco, e ao secretário de Agricultura, Ângelo Ferreira.

O deputado Geraldo Coelho

O deputado Esmeraldo Santos

O deputado Esmeraldo Santos

O deputado Esmeraldo Santos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO GERALDO COELHO NA REUNIÃO DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2007.

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados,

Ocupo hoje a Tribuna desta Casa, envolto em muita tristeza e saudade, pelo falecimento ontem 11/12, de OTTOMAR DE SOUSA PINTO, Governador do Estado de Roraima pela terceira vez.

Minha tristeza e minha saudade se fundamentam na cidadania petrolinense de OTTOMAR, ou como seus conterrâneos o chamavam de TOTÓ. Filho do saudoso mestre Félix Pinto, que foi o calceteiro das ruas mais antigas de Petrolina, tendo OTTOMAR, começado sua vida de trabalho aos 15 anos como voluntário da Marinha. OTTOMAR em virtude da sua privilegiada inteligência, fez seus estudos fundamentais todos de graça no famoso Colégio Dom Bosco, numa bondade do saudoso Padre Manoel de Paiva Netto, para quem uma inteligência não podia ser desperdiçada pela pobreza. De Petrolina, ganhou o Brasil e o mundo, formando-se em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Medicina, Direito, Ciências Contábeis e Economia. Também ingressou na Aeronáutica onde chegou às mais altas graduações.

Quando foi Prefeito de Petrolina no período de 1973 a 1977, contei com o seu elevado prestígio junto ao Ministério da Aeronáutica, visto que, havia uma idéia de reformar o Aeroporto velho, o qual já se encontrava na área urbana. Com o apoio decisivo de OTTOMAR, cedemos uma área ao Ministério e o novo Aeroporto foi construído. Hoje, ostenta o quilate de Aeroporto Internacional, sendo decisivo para a consolidação do processo de exportação de frutas irrigadas. Roraima foi a sua segunda pátria, onde consolidou uma carreira política, pautada na vocação, na ética, na divisão estadista e

provando que o Norte e a Amazônia são viáveis, tendo sido seu primeiro Governador, quando levou para lá uma leva de técnicos pernambucanos renomados, dos quais hoje se destaca o Senador Romero Jucá.

A História de Roraima depois de OTTOMAR, é contada com voz e com vez, com modernidade, com prosperidade pautada no estudo, no trabalho e no olhar mais complascente e justo, para com as milhares de vida menos afortunadas.

Caros colegas, o homem de quem vos falo, soube servir a uma das coisas mais dignas de ser servida: a inteligência. Acredito pois, que Pernambuco também perdeu um dos seus grandes vultos, visto que, OTTOMAR DE SOUSA PINTO nunca negou suas origens e dela muito se orgulhou.

O deputado Geraldo Coelho

O deputado Esmeraldo Santos

O deputado Esmeraldo Santos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO GERALDO COELHO NA REUNIÃO DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2007.

TRANSPOSIÇÃO

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados,

Estamos no encerramento das atividades de trabalho do ano de 2007 e como Deputado do São Francisco, volto a esta Tribuna com muito ânimo para enfatizar comentários sobre a tão merecida, desejada e questionada Transposição. Volto a dizer que a decisão de fazer a Transposição é uma decisão de quem não tem medo do progresso, de quem faz política para redimir atrasos e misérias históricas. O São Francisco é muito grande para servir tão pouco aqueles que dele precisam. Lembro um dado técnico do ano de 1977, quando se gastavam 10.000 litros/água/hora para se irrigar um hectare, e hoje se gasta 500 litros/água/hora para se irrigar um hectare, numa demonstração de que os métodos de irrigação evoluíram e existe água sobrando.

Sem nenhum demérito para as demais empresas e entidades do Brasil, tenho acompanhado muito de perto os trabalhos iniciais das obras, as quais vem sendo executadas pelo Exército Brasileiro, merecendo da minha parte os maiores elogios pelo respeito imposto e competência na condução e execução dos serviços, sob o comando do General Fraxe. Somando-se ao arrojio do Presidente Lula e do Ex-Ministro Ciro Gomes, hoje teço elogios ao também arrojio do atual Ministro Geddel Vieira Lima, que apesar de baiano, cujo estado não vai receber benefícios diretos, vem demonstrando uma nobreza de espírito e uma visão de estadista de há muito não vista em estado de tão grandes políticos. É inconcebível que alguns PODERES, mesmo depois do aval da sociedade civil, do IBAMA, do Ministério do Meio-Ambiente, da CNBB, e de tantas outras entidades representativas e de muito julgado, ainda lutem contra, valendo-se de liminares e recursos fundamentados na inveja e na insensibilidade, visto que a perspectiva de levar água para 16 milhões de nordestinos auferirem dos confortos da mesma, só mesmo mentes doentias podem se posicionar contrárias.

Numa demonstração inquestionável de que nada intimida o Ministro Geddel Vieira, entre os dias 1º a 6 de Dezembro último, foram assinados contratos com as empresas vencedoras da licitação, numa somatória de R\$ 51,3 milhões, assim divididos: R\$ 18 milhões (ENGECORPS) e R\$ 18,7 milhões (HIDROCONSULT/MGW-BRASIL) para obras no Eixo Leste e R\$ 14,6 milhões (TECHNE/PROJETEC) para obras do Eixo Norte. Assinou também contrato com a empresa AQUATOOL CONSULTORIA, no valor de R\$ 779 mil, para fazer os serviços topográficos da 1ª e 2ª etapa dos Eixos Leste e Norte.

Na próxima semana serão assinados 2 contratos para realização dos projetos executivos, desta vez com os consórcios (ECOPLAN/SHILL) no valor de R\$ 14,1 milhões para o Eixo Leste e o consórcio (ENGESOFT/KL/VBA) no valor de R\$ 14,4 milhões para o Eixo Norte.

As ações mostram que o Governo Federal está mais do que disposto a levar adiante o Projeto de Transposição doa em quem doer, fira os interesses exclusos de quem quer que seja. Quem conhece o mundo desenvolvido e o valor das obras que lá são feitas, notadamente 11 Transposições ora em execução nos principais semi-áridos do exterior, tem consciência que o valor de R\$ 6,6 milhões da nossa Transposição é muito pouco em relação ao tamanho do benefício que vai prestar.

Convém citar que em Julho deste ano, fui o único representante da Assembléia Legislativa de Pernambuco, juntamente com toda bancada estadual dos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, quando todos ficaram empolgados com a estrutura lá instalada pelo Batalhão de Engenharia de Construção de João Pessoa. Aqui faço ênfase para a presença do Arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto, membro atuante em defesa da Transposição. Informações que colhi ontem, em verdade consolida o sentimento patriota e de responsabilidade das nossas forças de segurança. **Atualmente, estão implementando os 2.080 metros de canal e uma barragem com 1.790 metros de comprimento. São 48 máquinas, 80 caçambas, e agora 14 viaturas, sendo elas, caminhões e caminhonetes. Trabalham na obra 142 militares, 40 civis e brevemente mais 71 civis a serem contratados.** A segurança da obra está sob a responsabilidade do 72º BI, sediado em Petrolina e sob o comando do Cel. Aníbal. Diante destes fatos, vamos aguardar com grande otimismo o ano de 2008, quando teremos o amplo trabalho de execução das obras com investimentos da ordem de 260 milhões, gerando milhares de empregos e muitos impostos para Pernambuco.

O deputado Esmeraldo Santos

O deputado Esmeraldo Santos

O deputado Esmeraldo Santos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO NA REUNIÃO SOLENE DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2007.

ENTREGA DA “MEDALHA HERBERT DE SOUZA DE DIREITOS HUMANOS” .

SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS DEPUTADAS, SENHORES DEPUTADOS, SENHORAS E SENHORES.

Estamos aqui esta noite para uma missão honrosa. Premiar duas entidades que se destacam na defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana. Ambas receberão da Assembléia Legislativa de Pernambuco o Prêmio Herbert de Souza de Direitos Humanos.

A honraria visa a incentivar ações da sociedade civil em defesa dos direitos humanos, reconhecer e valorizar o trabalho de pessoas e entidades que trabalham por esta causa e firmar compromisso da Casa Joaquim Nabuco neste sentido. Uma delas será o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec), criada em 1989 no rastro do trabalho desenvolvido na área de direitos humanos por Dom Helder Câmara, ex-arcebispo de Recife (PE), já falecido. Sobre o

Cendhec, que atua na promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e por meio do Programa Direito à Cidade, falará o deputado Pedro Eurico, autor da proposição que concedeu o prêmio Herbert de Souza a tão renomada instituição.

A outra entidade, que receberá o Prêmio Herbert de Souza, esta por minha indicação, é o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MDNH), nascido em 1982 dos anseios da sociedade civil, sem fins lucrativos, de cunho democrático, ecumênico, suprapartidário, e atuação nacional em forma de rede, com mais de 400 entidades filiadas.

A atuação do MDHN está fundada no eixo “Luta pela Vida contra Violência”, militando na promoção dos direitos humanos em sua universalidade, interdependência e indivisibilidade, com base na Carta de Princípios (ou Carta de Olinda), de 1986.

O público alvo do MNDH é a sociedade civil organizada, organismos públicos nacionais e internacionais, mídia e sociedade em geral que se afinam na missão de promover, diariamente e incansavelmente, os Direitos Humanos.

Nesse campo de atuação, ressaltamos que o MNDH vem inovando e modificando realidades desde o nascedouro, em 1982, fazendo o resgate do movimento pós-ditadura militar, com o estabelecimento de práticas democráticas e respeito aos Direitos Humanos.

Logo após sua criação, o MNDH se mobilizou nacionalmente contra a pena de morte, tendo sido imprescindível para a não aprovação do projeto de lei que previa a pena capital no Brasil.

Em 1992, se mobilizou contra a impunidade, ação que partiu do Estado do Espírito Santo, onde atuou na investigação que culminou com a identificação de uma das maiores organizações criminosas do País, a “Scuderie lê Coq”. Como resultado desta campanha, a extinção da referida organização criminosa e a prisão de um de seus principais integrantes.

Em 2001, foi a vez de levantar bandeira contra a tortura, recebendo em dois anos 2.666 alegações em todo o país, casos encaminhados para investigação.

A lista de publicações do Movimento Nacional de Direitos Humanos é extensa, principalmente de pesquisas que produziu. Entre eles os títulos “Cadê Você?”, “Primavera já Partiu”, “A Cor do Medo” e “50 anos depois”, com abordagens sobre desaparecidos, violência contra mulher, violência policial, relações raciais, entre outras.

Na luta para criação de políticas públicas de Direitos Humanos, a atuação do MNDH também é vasta. Destacamos aqui a participação na elaboração e monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como sua presença no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, na condição de convidado permanente.

Em parceria com o gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), uma das entidades parceiras, contribuiu para a criação do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas ameaçadas (Províta), sendo hoje uma das organizações que mais tem fortalecido este sistema de proteção. Além disso, junto com suas afiliadas, vem formulando a idéia de um sistema nacional de proteção para onde se aglutinem e interajam todos os programas de proteção do País.

A organização também vem lutando por um Sistema Nacional de Direitos Humanos, estruturado na construção de políticas públicas integradas e sistêmicas.

Não conseguimos listar aqui todas ações do Movimento Nacional dos Direitos Humanos – uma das maiores do País – em função do grande rol de atividades que desenvolve em rede com suas 400 entidades filiadas. Mas certamente o belo trabalho que empreende há 25 anos e as causas que defende – conhecidas de tantos cidadãos em todo o País - são suficientes para demonstramos o quanto o MNDH é merecedor desta honraria.

Afinal, as sementes plantadas têm dados belos e bons frutos, seja na defesa dos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas ou somando-se às causas dos movimentos de luta pela reforma agrária, pela moradia, pela reforma urbana, pela livre orientação sexual, combate ao racismo, pelos direitos das crianças e adolescentes e movimento estudantil.

Parabéns a todos que integram o Movimento Nacional de Direitos humanos!!!!

O deputado José Queiroz

O deputado José Queiroz

O deputado José Queiroz

O deputado José Queiroz

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO JOSÉ QUEIROZ NA REUNIÃO DO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2007.

INAUGURAÇÃO DO INSTITUTO UNIFICADO EUROPEU DO BRASIL

Nossa luta parlamentar em favor de Caruaru tem sido gratificante, por resultar em importantes conquistas para a Capital do Agreste. Há mais de três anos recebemos em Caruaru, um grupo de empresários educadores portugueses, recomendados pelo Ministro Fernando Lyra. Eu, João Lyra e o Deputado Wolney Queiroz tivemos a tarefa de transmitir aos visitantes, o que era Caruaru e suas perspectivas de desenvolvimento.

Desde então desenvolvemos gestões acompanhando o trânsito no Ministério da Educação, agora sob a responsabilidade do Deputado Wolney Queiroz, aproximamos o grupo através de Douglas Cintra, para entendimento dos que fazem, o Pólo Comercial, aproximamos o arquiteto Haroldo Bernardino e o engenheiro Kiko Beltrão para oferecer o talento de profissionais da terra e colocamos a disposição do grupo a nossa Secretária parlamentar Simone Maria.

A soma de esforços foi coroada de êxito. Nesta sexta-feira, 07/12/2007, ocorrerá a inauguração das instalações do **Instituto Unificado Europeu no Brasil (IUNE – BRASIL)**, onde, de início, serão ministrados os cursos de Psicologia, Odontologia, Farmácia e Fisioterapia. Em tramitação, no Ministério da Educação, os cursos de Enfermagem e Medicina.

O investimento foi da ordem de R\$ 4,5 milhões, devendo o vestíbular da instituição, a ser organizado pela COVEST, ser realizado em para janeiro do próximo ano, com 50 vagas oferecidas para cada curso. A área construída é de 4,4 mil em um espaço de 35 mil metros quadrados.

A Faculdade vai contratar 150 professores, em cinco anos, e as sua atividades se somarão ao dinâmico e promissor centro universitário que Caruaru congrega.

Ressalte-se o empenho durante todo esse tempo do pernambucano, Dr. Marcelo Silveira, que com a pertinácia , competência, e dedicação soube superar obstáculos, contribuindo decisivamente para tornar este sonho em realidade. Louve-se a visão de futuro dos dirigentes do Pólo Comercial de Caruaru, que se sensibilizaram e doaram terreno para sede própria da instituição.

Felizes estamos por mais este avanço de nossa querida Caruaru e amanhã partilharemos do auspicioso momento para comemoramos uma vitória que é resultado da participação de muitos caruaruenses que compreenderam a importância do empreendimento.

Esta é uma conquista não apenas de Caruaru, mas no seu papel de cidade pólo, um equipamento educacional a serviço do agreste, de Pernambuco e do Nordeste.

Aos Senhores José Henriques e Marcelo Silveira a nossa palavra de estímulo e a certeza de que a educação terá no IUNE-BRASIL um eficiente instrumento de conquista educacional universitária, para região.

PRONUNCIAMENTO DA DEPUTADA MIRIAM LACERDA NA DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2007.

POR OCASIÃO DA VISITA DOS VEREADORES MIRINS DE CARUARU À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

É com muita satisfação que venho à Tribuna nesta tarde para saudar nossos convidados especiais de hoje, que vieram à Casa de Joaquim Nabuco para participarem da AULA DA CIDADANIA: são os membros da Câmara de Vereadores Mirins de Caruaru.

Pois é, senhoras e senhores! A Capital do Agreste possui 21 vereadores mirins, dos quais, a maioria está hoje aqui nos dando a honra da sua visita.

Vou contar a todos como isto começou: a Câmara de Vereadores Mirins foi criada por iniciativa do ex-presidente da Câmara Municipal de Caruaru, o Vereador Leonardo Chaves, de brilhante gestão, através do Decreto Legislativo nº 215/2000. Entretanto, só foi implantada em 20 de junho de 2006.

Esta iniciativa teve por objetivo propiciar ao jovem estudante compreender o papel do Poder Legislativo Municipal, tendo em vista este ser o elo de ligação entre o governo e o cidadão. Dessa forma, pretendeu-se colaborar na formação da cidadania e entendimento dos aspectos políticos da nossa sociedade. Entretanto, para a implantação desse projeto, contou-se com a colaboração da Secretaria de Educação do município e da Gerência Regional de Educação - GRE/Caruaru, que deram total apoio.

Assim, foram convidadas 48 escolas da cidade que se enquadravam no regulamento, mas só 21 se decidiram a participar.

Senhor Presidente, No mês de maio de 2006, deu-se início ao processo eleitoral com comícios e debates nas escolas inscritas. No dia 09 de junho do mesmo ano houve a eleição, tendo os eleitos tomado posse no dia 20 do mesmo mês.

Eles tiveram a 1ª Reunião Ordinária no 2º semestre de 2006, onde os nobres Vereadores Mirins começaram a apresentar projetos, usaram a Tribuna e conheceram os trabalhos legislativos de perto. Já vai 1 ano e meio de atuação desses jovens políticos. O atual presidente é o jovem Vereador Davi Geffson da Silva, 14 anos de idade, estudante da 8ª série da Escola Municipal Professora Laura Florêncio.

A Câmara de Vereadores Mirins de Caruaru conta atualmente com 19 vereadores, dos quais 12 meninas e 7 meninos, com idades entre 12 e 15 anos. Participam 7 de escolas públicas municipais, 3 de escolas públicas estaduais e 9 de escolas públicas privadas.

Esta foi uma iniciativa muito feliz e que deve continuar tendo o apoio necessário para a sua continuidade. E esta é a minha colaboração: proporcionar a todos, através deste maravilhoso projeto “AULA DE CIDADANIA”, a oportunidade de conhecerem a Casa de Joaquim Nabuco, somando-se a isto a visita que fizeram ao Palácio do Campo das Princesas e ao Palácio da Justiça.

Jovens Vereadores Hoje vocês estiveram na sede dos três poderes constituídos estaduais – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Que tenha sido bastante proveitoso o aprendizado.

Que as idéias de Democracia, Justiça e Liberdade encontrem um campo fértil nas suas almas jovens e vibradoras. Que a Ética e a Cidadania sejam sempre uma constante nas suas vidas, independente do rumo profissional que tenham no futuro.

Pernambuco são vocês ! Muito obrigada pela visita.

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira

O deputado Paulo Cesar Menezes Teixeira